



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CONSELHO SUPERIOR

Rua do Rouxinol, 115 - Bairro do Imbuí - CEP: 41720052 - Salvador-BA

mail:gabinete@ifbaiano.edu.br

ATA DA 1ª REUNIÃO DO CONSELHO SUPERIOR

Aos quatorze dias do mês de fevereiro de dois mil e doze, às nove horas e quinze minutos, após prévia convocação do Presidente do Conselho Superior, reuniram-se na sala de reuniões do Pavilhão Administrativo da Universidade Federal da Bahia – UFBA, em Ondina, os conselheiros abaixo listados, para tratar da seguinte pauta: posse dos novos Conselheiros, ratificação da aprovação do PAINT 2012, apreciação da Minuta da Política de Diversidade, visando sua aprovação, autorização para viagem internacional com objetivo de apresentar trabalho no XI Congresso Latinoamericano de Investigadores de La Comunicación em Montevideu-Uruguai (servidora Ana Rita Almeida Chiara) processo nº 23327.000548/2012-14, aprovação da alteração da Organização Didática dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IF Baiano, aprovação da alteração da organização Didática dos Cursos da Educação Superior do IF Baiano, o que ocorrer. Participaram da reunião os seguintes conselheiros: Carlos Magno Augusto Sampaio, Rosane Cardoso dos Santos Dias - representantes do corpo docente, José Marcos Chaves Menezes, Anderson Jambeiro de Souza, Fábio Marcelus Silva de Almeida, Márcio Luís Bastos da Silva - representantes dos técnico-administrativos, Antônio Joaquim de Jesus Ribeiro Neto, Emerson Zambrana Lara, Matheus Cunha Santos - representantes do corpo discente, Erenilton Mendes Barbosa, Leurismar Marques Ferreira, Isaac Newton Reis Fernandes, Cristiane Leal da Silva - representantes dos egressos, Aécio José Araújo, Carlos Elízio Cotrim, Alex Batista Dias, Nelson Vieira da Silva Filho - representantes dos diretores gerais dos

Campi, José Vasconcelos Lima Oliveira, Juvenal Maynart Cunha, Eduardo Cezar Almeida Lavinsk - representantes do setor público e/ou empresas estatais, Lafayette Santos Benevides Júnior, Teresa Cristina França Lemos dos Santos, Iolanda Andrade Sousa - representantes de entidades patronais, José Ribeiro da Costa - representante de entidade dos trabalhadores, Sebastião Edson Moura – presidente do Conselho. Ao iniciar os trabalhos, o presidente do Conselho, saudou todos os presentes, parabenizou aos conselheiros eleitos e seus pares, reafirmando os temas a serem abordados. Em seguida, solicitou que os novos conselheiros se apresentassem, assim como os servidores do IF Baiano, a serviço, presentes à reunião. O presidente apresentou-se, falou um pouco sobre o seu mandato e disse que, brevemente, as próximas reuniões acontecerão na sede do Instituto. Em seguida deu início à solenidade de posse e fez a leitura do teor do termo, esclarecendo que se tratava de um texto único para todos. O primeiro a tomar posse foi o representante dos docentes, Carlos Magno Augusto Sampaio, que agradeceu a todos em nome da base eleitoral do *Campus* Santa Inês. A solenidade de posse foi interrompida, após ser identificado um erro de digitação no termo de posse. O Senhor Sebastião pediu desculpas ao colegiado e solicitou que os presentes se manifestassem sobre o prosseguimento dos trabalhos ou pela paralisação, até que fosse feita a correção nos termos de posse. Foi decidida pela continuidade dos trabalhos. O presidente fez a leitura das justificativas dos ausentes e Carlos Magno solicitou que fosse adiada a análise de todos os itens da pauta, uma vez que não houve tempo hábil para debater os tópicos no *Campus* Santa Inês. Aécio também entregou ao Sr. Sebastião um abaixo-assinado dos servidores do *Campus* Senhor do Bonfim, solicitando que os itens, referentes à aprovação da alteração da organização didática dos cursos da educação profissional técnica de nível médio e dos cursos da educação superior do IF Baiano, não fossem analisados. O presidente, em razão de alguns pedidos de não apreciação da pauta, solicitou que o Conselho deliberasse, através de votação, quais itens seriam analisados. Márcio solicitou que fosse feita uma revisão do Regimento do Conselho Superior para que o Sindicato Nacional dos Servidores Federais em Educação – SINASEFE se faça representado no CONSU. O presidente explicou que esta solicitação já havia sido feita pela seção sindical, base Catu, e que no dia marcado para a revisão, quem compareceu foi o SINASEFE – IFBA. Solicitou que os conselheiros leem-se o artigo nono do regimento, o qual veda a representação de entidades dos trabalhadores com vínculo profissional ou estudantil com o IF Baiano. Carlos Magno falou que a colocação deste artigo no regimento foi feita

intencionalmente. Propôs que fossem formados grupos de trabalhos para analisar e discutir a Organização Didática do Instituto e que, também, fossem escolhidos dois ou mais relatores para a leitura da pauta, dando, assim, mais agilidade aos trabalhos das reuniões do Conselho. O presidente afirmou que o regimento fora feito pelo Conselho anterior e que por isso tratava-se de um documento legal. Colocou que, para o bom andamento dos trabalhos do Conselho, esta solicitação poderá ser colocada em pauta para uma nova análise. Em seguida, Sebastião Edson informou que colocaria em votação as solicitações feitas por Carlos Magno e Aécio. O conselheiro José Marcos, interveio, sugeriu que fosse feita a leitura de cada item da pauta e que os conselheiros indicassem pela apreciação ou não do item. O presidente do Conselho solicitou que o servidor, Guilherme Príncipe de Oliveira Galheigo, da auditoria interna do Instituto, apresentasse o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT. Guilherme explicou o que é o PAINT, a dinâmica de elaboração do plano, justificou o atraso dos trabalhos e colocou-se à disposição para maiores esclarecimentos. O presidente explicou que pelas exigências da Controladoria Geral da União – CGU o documento foi aprovado *AD Referendum*. Carlos Magno requisitou que o documento do PAINT fosse revisto e discutido pela comunidade e falou sobre a intranquilidade e insegurança que os servidores do *Campus* Santa Inês estão passando, em função do Processo Administrativo Disciplinar instaurando no *Campus*. Retomando a palavra, Guilherme explicou que o PAINT seguiu à risca a Instrução Normativa nº 7 de dois mil e sete, da CGU, e que a Auditoria não instaura processos administrativos disciplinares. O presidente esclareceu que, o fato das denúncias serem anônimas, é obrigação da Instituição apurá-las, principalmente quando estas são feitas ao Ministério Público da União. Disse ainda que a partir de dezesseis de maio de dois mil e doze, entrará em vigor uma nova determinação da CGU para que as Instituições Públicas respondam, dentro do prazo legal, as solicitações e denúncias de qualquer cidadão. O Conselheiro, José Vasconcelos, solicitou que Guilherme esclarecesse se o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna tratava-se de uma proposta da CGU ou da própria auditoria interna do IF Baiano. Guilherme respondeu que foi uma proposta da Controladoria Geral da União. Matheus propôs que fosse feita uma auditoria itinerante, a fim de esclarecer aos alunos do IF Baiano sobre o papel da auditoria e de cada um deles como fiscalizadores. Rosane solicitou que fosse incluída no plano anual da auditoria a fiscalização dos cursos de ensino a distância. Aécio destacou que a auditoria focou suas ações principalmente na parte administrativa e financeira, não abrangendo a área pedagógica, desde a

documentação até a aplicação dos recursos. Carlos Magno requisitou que o capítulo cinco – ações de desenvolvimento institucionais – no que se refere a capacitação dos auditores, seja objeto de análise, não somente para a auditoria, como também, para todos os servidores do Instituto, abrangendo o ensino, a pesquisa e a extensão; e que o Regimento Interno do IF Baiano fosse revisto. O presidente esclareceu que o Regimento Interno está em construção e aberto à colaboração de todos os servidores, disse também, que o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF estará realizando ações para que possa capacitar e qualificar os servidores dos Institutos. Emerson solicitou esclarecimentos sobre o funcionamento da reunião. Retomando os trabalhos, o presidente fez novamente a leitura individual de cada item, para que o Conselho deliberasse pela apreciação ou não. Carlos Magno sugeriu que fosse feita somente a solenidade de posse e formação dos grupos de trabalho, mas retificou sua posição e concordou com a deliberação do colegiado sobre a votação para decidir pela apreciação, ou não, dos itens da pauta. O presidente do Conselho submeteu a apreciação dos itens da pauta em votação, obtendo os seguintes resultados: 10 (dez) votos a favor da apreciação do PAINT e 06 (seis) contra, 11 (onze) votos a favor da apreciação da Política de Diversidade e Inclusão e 05 (cinco) contra, 16 (dezesesseis) votos a favor da autorização para viagem internacional com objetivo de apresentar trabalho no XI Congresso Latinoamericano de Investigações de La Comunicación em Montevideu – Uruguai (servidora Ana Rita Silva Almeida Chiara), 12 (doze) votos contra e 4 (quatro) a favor da aprovação da Organização Didática dos Cursos da Educação profissional Técnica de Nível Médio do IF Baiano, 12 (doze) votos contra e 4 (quatro) a favor da aprovação da Organização Didática dos Cursos da Educação Superior do IF Baiano. Carlos Elízio alegou que não recebeu a tempo, para análise, o item Organização Didática. O conselheiro Matheus informou que os estudantes do *Campus* Valença não participaram das discussões em relação à Organização Didática dos Cursos da Educação Profissional e Tecnológica e nem da Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano. O conselheiro Emerson informou que os estudantes do *Campus* Catu não participaram do processo de discussão do tema. O servidor da Pró-Reitoria de Ensino, José Carlos, esclareceu que o documento enviado aos Conselheiros está perfeitamente codificado, sinalizando as partes que sofreram modificação e que foi feita a devida indicação aos Campi para que toda a comunidade participasse dos trabalhos. O Conselheiro Aécio informou que em Senhor do Bonfim não houve socialização do tema e das discussões, ficando restrito aos grupos de trabalho

formados pela direção e coordenação de ensino do *Campus*. José Carlos pediu para que os outros *Campus* se manifestassem se houve ou não a socialização e discussão do tema com a comunidade. O presidente do Conselho pediu para que a PROEN solicitasse por escrito, formalmente, a cada diretor dos *Campus* se houve ou não a discussão do assunto em toda a comunidade. Os conselheiros Nelson e Carlos Elízio acharam que não havia necessidade de colocar em discussão na comunidade as alterações que foram feitas no projeto final. O presidente solicitou que cada membro do Conselho colocasse dois números de telefone para futuros contatos, e também que o Gabinete ao enviar os itens de pauta, confirmasse, através de contato telefônico, o recebimento. Em seguida foi apresentada a Sra. Teresa, suplente do Sr. Melquíades Augusto Pimenta Neto, titular dos representantes de Entidades patronais. Retomando os trabalhos, foi dado início a apreciação do PAINT. Guilherme colocou-se à disposição para que os conselheiros pudessem fazer adendo ao documento. Matheus pediu transparência na aplicação dos recursos do IF Baiano e sugeriu que o Instituto coloque "OUT DOOR", bimestralmente, em cada *Campus*, mostrando a aplicação dos recursos financeiros ou adotasse novas medidas de transparência. O presidente do Conselho ficou de levar a proposta à próxima reunião do Colégio de Dirigentes, que acontecerá em Governador Mangabeira. Em seguida, colocou em votação a aprovação do PAINT, obtendo 14 (quatorze) votos a favor e 2 (dois) contra. O presidente prosseguiu a reunião, solicitando que fosse feita a apreciação da Minuta da Política de Diversidade e Inclusão. O professor José Henrique Dias, Diretor de Gestão e de Apoio ao Ensino, teceu alguns esclarecimentos sobre a construção do documento: socialização, resocialização e apreciação pelo Colégio de Dirigentes e passou a palavra para Edna Santos Melo, presidente da Comissão de Elaboração da Política de Inclusão, que falou que o documento apresentado, denominado de Política da Diversidade e Inclusão, era o resultado da consulta a diversos documentos legais que versavam sobre as políticas afirmativas, bem como da participação coletiva dos distintos segmentos da Instituição. Disse que o texto foi sistematizado pela Comissão da Política de Inclusão composta por uma equipe multiprofissional e instituída pela Portaria nº. 272, de 05 de Abril de 2011, e falou da finalidade, dos objetivos da política de diversidade, que abrange a assistência estudantil e a política da diversidade e inclusão, da base legal, dos princípios, diretrizes, dos objetivos, dos programas, do financiamento, da avaliação e disposições finais. Disse que os detalhes de cada política e cada programa deveriam ser discutidos dentro dos *Campi*. Carlos Magno colocou que vários colegas do *Campus* Santa Inês desconheciam o

The block contains several handwritten signatures in blue ink. From left to right, there is a small, stylized signature, followed by a larger signature that appears to be 'Antonio', then another signature, and finally a large, cursive signature on the far right that looks like 'Cair'.

documento e, até então, não verificou nenhuma iniciativa institucional sobre o assunto, no que se referia a aplicabilidade dos projetos nos *Campi*. O conselheiro José Vasconcelos sugeriu que fosse corrigido o texto, onde se referia a garantia de profissionais especializados para trabalhar com as pessoas com necessidades específicas. Edna informou que esta garantia tinha amparo legal e que deveria ser uniformizada para todo o Instituto. O Conselheiro Mateus reivindicou que os programas fossem ampliados. O conselheiro Emerson pediu esclarecimentos sobre um ponto do tópico diretrizes, referente a garantia de cotas a estudantes beneficiários(as) de bolsa integral provenientes de entidades privadas, e solicitou que fosse corrigida a redação do texto. O conselheiro José Marcos questionou sobre a quantidade de núcleos exigidos, os critérios de escolha dos membros desses núcleos e de onde virão os recursos financeiros para a implantação dos mesmos. A conselheira Rosane disse que os temas são abrangentes, e questionou a exclusão das pessoas que vivem à margem da sociedade e que não estavam incluídas nos programas. O conselheiro Fábio Marcelus perguntou de onde sairão os recursos financeiros. O presidente do Conselho informou que o Instituto usará a verba de custeio. A servidora do Instituto, Nelma Barbosa, pediu para falar, mas não foi autorizada. O Conselheiro Anderson solicitou que fosse permitida a fala de qualquer pessoa presente à reunião do Conselho. O presidente colocou que Nelma não solicitou antecipadamente o direito a fala para que os conselheiros deliberassem pela sua permissão, ou não, e que o Conselho atua seguindo suas diretrizes. O conselheiro Aécio entendeu que o documento era válido e que se tratava de um ponto de partida, embora precisasse ser reavaliado. O Conselheiro Alex Batista falou que tem recebido diversos questionamentos do Ministério Público sobre a implantação de medidas visando atender às pessoas com necessidades específicas. Perguntou se não haverá choque de atribuições entre os núcleos que estão sendo criados pelo Instituto e os programas sociais que já existem. O conselheiro Eduardo Cezar indagou sobre a forma de participação efetiva de outros segmentos da sociedade, citou como exemplo as Prefeituras, na consolidação das cotas. O conselheiro Carlos Magno solicitou que a equipe multiprofissional ouvisse os membros do IF Baiano que têm experiência com políticas afirmativas. Edna pontuou cada questionamento feito, Inicialmente informou que o documento fora debatido por todos os *Campi*, em seguida fez a leitura de um e-mail, enviado em treze de fevereiro de dois mil e doze, pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, solicitando que os núcleos enviassem até o dia vinte e seis de fevereiro a relação dos mobiliários necessários para a

organização dos NAPNES, a fim de que a SETEC/MEC fizesse a compra dos equipamentos. Relembrou que a minuta fora objeto de análise pelo Procurador do Instituto e que a equipe fez as alterações que foram sugeridas. O presidente do Conselho pediu que os diversos pontos elencados pelos Conselheiros fossem levados para discussão em seus *Campus* e anunciou que colocaria em votação a aprovação da minuta com as ressalvas. Iniciada a votação, com 8 (oito) votos a favor da aprovação e 9 (nove) contra, o documento foi reprovado pelo Conselho Superior. O conselheiro Lafayette perguntou sobre o rito do Conselho para novas discussões sobre o documento, já que o mesmo já fora objeto de análise por duas vezes em cada *Campus*. Carlos Magno sugeriu que fossem criadas comissões para discutir a minuta. A conselheira Tereza, reiterou, achando importante que haja discussões. O presidente do Conselho solicitou que os membros que tivessem interesse em participar como relatores, se manifestassem. Carlos Magno, Anderson e Antônio Joaquim candidataram-se. Mateus pediu que fossem retirados dois relatores para o tema Organização Didática, candidataram-se Emerson Lara e Mateus. O presidente do Conselho disse que as novas datas para discussões dos temas que não foram objeto de apreciação serão escolhidas após o dia vinte e seis de março de dois mil e doze, pois, neste dia será apresentado o Relatório de Gestão dois mil e onze do IF Baiano. Nenhum integrante do Conselho colocou-se à disposição para relatoria do Relatório de Gestão dois mil e onze. O Conselheiro Alex Batista perguntou a data que o relatório estará disponível para a comunidade. O presidente informou que seria a partir do dia nove de março de dois mil e doze. Na sequência, o presidente solicitou que o Conselheiro Alex falasse sobre a professora do *Campus* Catu, que irá apresentar um trabalho em um Congresso em Montevidéu – Uruguai. Alex fez uma breve explanação sobre a professora. Em seguida, o Conselheiro Aécio sugeriu que quando o Conselho necessitasse aprovar participação em congresso, que fosse disponibilizado aos membros do Conselho um resumo do trabalho e que todas as instruções normativas aprovadas, também sejam disponibilizadas. Feitas as devidas considerações, foi colocada para aprovação a autorização para viagem internacional da Professora Ana Chiara, tendo sido aprovada por 17 (dezessete) votos. O Conselheiro Alex aproveitou a oportunidade para convidar a todos os presentes para participarem, no dia seis de março de dois mil e doze, de algumas inaugurações no *Campus* Catu. O presidente, Sebastião Edson, solicitou que o diretor da Escola de Veterinária da Universidade Federal da Bahia, O conselheiro José Vasconcelos, explanasse sobre os cursos ofertados pela Escola de Veterinária. Em

seguida, foi retomada a solenidade de posse dos novos membros do Conselho. Após solenidade de posse, José Marcos sugeriu que fossem colocados em pauta do Conselho Superior os assuntos: regimento do Conselho Superior, residência dos servidores, escolhas dos membros do Conselho de Ética. Não havendo mais nada a registrar, o Sr Presidente declarou encerrada a reunião e solicitou que fosse lavrada a presente ata, que após lida e aprovada será assinada por mim, JOÉLITA PEREIRA OLIVEIRA, e pelos membros do Conselho Superior. Salvador, 14 de fevereiro de 2012. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

Joelita Pereira Oliveira
José Marcos Silva de Rêgo

Matheus Cunha Santos
Nesane Carlos dos Santos Dias

Carla Pereira

Anderson Figueira de Souza

Antonio Joaquim de Jesus Ribeiro Neto

Imerson Figueira para

Assinatura

José Marcos dos Reis

Sephora E. C.

Joelita Pereira Oliveira